

DA CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO AUXÍLIO À LEI MARIA DA PENHA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

DE SOUZA, Lucio Vinícius Santos (viniciuslucio26@gmail.com); **PRADO, Alessandro Martins** (alessandrodocenteuems@gmail.com)

¹ DISCENTE : LUCIO VINÍCIUS SANTOS DE SOUZA – UEMS - PARANAÍBA

² DOCENTE : ALESSANDRO MARTINS PRADO – UEMS – PARANAÍBA

A violência doméstica é historicamente presa a sociedade, acarretando vítimas mulheres em todas as classes sociais. Por ser na maioria dos casos dependente de seu agressor e também pela falta de amparo jurídico a vítima se cala e na vasta maioria dos casos aceita as agressões. Assim que o homem passa a tratar a sua companheira como inferior no âmbito familiar, e lhe impede de fazer coisas como trabalhar fora de casa, sair com amigas, usar certos tipos de roupa, entre outros exemplos, é nesse momento que ocorre o início da violência, ainda que seja uma violência subjetiva ou invisível. O marido, ou o companheiro, sente-se no direito, por força de uma sociedade em sua essência machista, de oprimir a mulher da forma que bem entende. Percebe-se também que esse tipo de violência geralmente se agrava com o tempo. O que ocorre com a mulher vítima de agressões, na maioria dos casos, é o medo da denúncia por diversos motivos. Há de se falar também do sentimento de ambivalência, onde alteram-se o afeto e a agressividade, o que leva a mulher a idealizar uma mudança no comportamento do marido e se prender cada vez mais a esse conflito. É nesse aspecto que surge a maior necessidade de políticas públicas visando garantir a aplicabilidade da Lei, uma forma também de não somente punir, mas conscientizar à sociedade em geral da atrocidade que é a violência e amparar mulheres que desconhecem seus direitos. O presente trabalho justifica-se por tentar identificar as maneiras efetivas de políticas públicas responsáveis por auxiliar a referida Lei Maria da Penha no combate à violência doméstica, e assim traçar uma linha comparativa de quais formas são mais eficazes na ajuda ao enfrentamento de tal situação, trazendo assim à conhecimento geral de como utilizar essas políticas públicas como forma de educar para que o problema tenha fim.

Palavras-chave: lei Maria da penha; violência; mulher.

Agradecimentos: Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa de iniciação científica ao primeiro autor

Realização:

UFGD
Universidade Federal
da Grande Dourados

UEMS
Universidade Estadual
de Mato Grosso do Sul

Parceiros:

CAPES

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

